



MINUTA DA ATA N.º 9

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, teve lugar a 1.ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo, que decorreu no edifício sede da Junta de Freguesia e foi presidida por Célia Maria Mendes Correia. Na Mesa da Assembleia estavam, ainda, Maria de Fátima da Silva Ferreira de Sousa, como 1.ª Secretária e Marco António Pinto Rodrigues, como 2.º Secretário. A Ordem de Trabalhos foi a seguinte: -----

Ponto Um – Intervenção do Público. -----

Ponto Dois – Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Ponto Três – Ordem do Dia. -----

Alínea a) Discussão e Votação do Relatório de Gestão e Contas de Gerência de 2018. -----

Alínea b) Discussão e Votação da 1.ª Revisão do Orçamento de 2019. -----

Alínea c) Apreciação do Inventário de bens, direitos e obrigações. -----

Alínea d) Discussão e Votação das actas das sessões anteriores. -----

Ponto Quatro – Informação da Presidente do Executivo. -----

Feita a chamada estavam presentes os seguintes membros: Célia Maria Mendes Correia, Paula Alexandra Monteiro da Silva Teixeira, Maria de Fátima da Silva Ferreira de Sousa, Manuel Monteiro Borges, Armando Ferreira Teixeira, Maria Manuela Araújo Novais Gomes, Sandra Cristina Sampaio de Freitas, Marco António Pinto Rodrigues, António José Perez Barra, José Lopes Armando, Susana Natália Monteiro Moreira, Ricardo Miguel da Costa Braga, Nuno César Cidade Bessa, Rui Alberto da Silva Costa, Carla Maria Rodrigues Costa, Maria da Graça Correia dos Santos Moura, Maria João de Matos Rodrigues Macedo, Paulo José Gomes Mouta e Alberto Carlos Dias Cardoso. - O membro Eduardo Moreira Gomes justificou a sua ausência e fez-se substituir por Alvarina Peixoto que, não podendo estar presente, se fez substituir por Manuel Monteiro Borges. -----

O membro Diana Patrícia Carvalho Pereira justificou a sua ausência e fez-se substituir Cátia Vanessa Osório Silva Matos que, na impossibilidade de estar presente, se fez substituir por Armando Ferreira Teixeira. -----

O membro Pedro Manuel Antunes Banhudo justificou a sua ausência e fez-se substituir por Sílvia Susana de Barros Nunes que, não podendo estar presente, se fez substituir por Fernando Miguel Marques Pereira dos Santos. Este, na impossibilidade de comparecer, fez-se substituir por Maria Manuela Araújo Novais Gomes. -----

O membro Sónia Alexandra de Oliveira Dias justificou a sua ausência e fez-se substituir por António José Perez Barra. -----

O membro Fernando Jorge Teixeira da Rocha justificou a sua ausência e fez-se substituir por Nuno César Cidade Bessa. -----

O membro Agostinho Sequeira Guedes justificou a sua ausência e fez-se substituir por Maria João Almeida de Vasconcelos que, na impossibilidade de estar presente, se fez substituir por Rui Alberto da Silva Costa. -----

O membro Diana Sofia Oliveira Valente justificou a sua ausência e fez-se substituir por Alberto Carlos Dias Cardoso. -----



Pelo Executivo da Junta estiveram presentes: a Presidente, Maria José Guerra Gamboa Campos, a Secretária, Maria Benilde Gabriel de Almeida, o Tesoureiro, José Manuel Teixeira Cardoso e os Vogais Fernando Carvalho Barrias, Graciete Manuel Alves Lourenço, Joaquim Manuel da Silva Gomes e Manuel António Coutinho Ferreirinha. -----

Ponto Um – Intervenção do Público. -----

A Presidente da Mesa abriu as inscrições para os elementos do público que quisessem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos. Inscreveram-se os seguintes cidadãos: Laura Fraga e Joaquim Seara. -----

LAURA FRAGA – Na sua intervenção, começou por dizer que reside em Canidelo desde 2009, na Rua Nova dos Funcheiros. O piso da rua está muito degradado e é frequente ver os funcionários da Junta a tapar buracos, mas de forma pouco eficaz. Afirmou ter o carro picado por pedras projectadas pela passagem de carros da Junta e da SUMA, com muita velocidade, naquela rua. O portão da sua casa também está danificado pela projecção de pedras. Quis saber se está prevista a colocação de um novo tapete de alcatrão naquela artéria e qual a possibilidade de, antes se contactar uma empresa para colocar gás canalizado e evitar, assim, novas aberturas no piso. Solicitou a colocação de uma nova placa toponímica na Rua Nova dos Funcheiros, porque a existente está ilegível. Recentemente, fez uma denúncia à PSP sobre queimadas naquela zona. Depois da denúncia, as queimadas deixaram de ser feitas durante o dia e passaram a ser efectuadas durante a noite. Pediu a intervenção da Junta para a resolução deste problema. Questionou os apoios a famílias numerosas, nomeadamente na questão da vacinação. Não lhe parece justo, sendo mãe de três filhos e não vivendo de subsídios, não ter apoio nesse campo, atendendo aos seus rendimentos, pois não se considera rica. Tem redução das Águas de Gaia e na vacinação não tem ajuda. -----

A Presidente do Executivo agradeceu a intervenção e começou por afirmar que o programa de vacinas, implementado na freguesia, é municipal e é o município que estabelece os critérios e não a Junta. Não sabe se a cidadã alguma vez foi avaliada na sua situação económica. Solicitou-lhe que se dirigisse à Assistente Social da Junta para fazer essa avaliação e dizer-lhe se é candidata ou não aos apoios municipais para vacinação. Os apoios a famílias numerosas não são da competência da Junta. Há um programa nacional e aconselhou a cidadã a dirigir-se à Assistente Social da Junta para solicitar informações nesse sentido. Em relação às queimadas, fez muito bem em chamar a PSP e deve fazê-lo sempre porque as queimadas estão proibidas em Portugal. A colocação de placas toponímicas é da responsabilidade da Câmara de Gaia. A Junta, contudo, já fez esse pedido mas o mesmo ainda não foi satisfeito. O gás canalizado também não é assunto da Junta de Freguesia. Disponibilizou-se para fazer chegar o pedido à Câmara de Gaia, para ser comunicado à empresa responsável por esse assunto. Se houver mais vizinhos interessados, a Junta poderá ser a ponte entre os utentes e a empresa. A conciliação de abertura para infra-estruturas e colocação de novo piso, nesta altura não faz sentido, porque não se sabe da possibilidade de haver gás canalizado nessa rua e não há, para já, possibilidade de colocação de novo tapete de alcatrão, pelo menos da parte da Junta de Freguesia. Comprometeu-



se a tentar saber o que se passa com as pedras da rua, mas informou que a Junta não anda a passear-se pelas ruas com carrinhas, portanto não pode ter sido um veículo da Junta a causar os referidos danos. Aconselhou a cidadã a tomar nota da matrícula dos veículos que causem estes prejuízos, para fazer prova do que alega. -----

JOAQUIM SEARA – Veio dar informações sobre a ASSIC. Após quase 2 anos de espera, vão finalmente arrancar as obras no Salão Paroquial, para o Centro de Dia e Apoio Domiciliário, no dia 2 de Maio. No dia 15 de Abril, seria assinado o contrato com os empreiteiros. A partir de 2 de Maio, os utentes do Centro de Convívio passarão para as instalações do Rancho Folclórico de Canidelo. As obras durarão, em princípio, 120 dias. Aproveitou para agradecer à Câmara de Gaia, ao Executivo da Junta e à sua Presidente, ao Padre Almiro e Comissão Fabriqueira, à Presidente da Assembleia de Freguesia, ao Rancho Folclórico de Canidelo, à Funerária de Canidelo e aos elementos do júri que analisaram as propostas da ASSIC. No dia 19 de Abril, a ASSIC fará 20 anos. Sendo 6.^a-feira Santa, haverá algumas alterações. Assim, às 11 horas, seriam depositadas flores no monumento ao Movimento Associativo, no Cemitério de Chouselas. No dia 23 de Abril, seria a comemoração: às 15 horas, visita às instalações; às 15,30 horas, memórias visuais da ASSIC; às 16 horas, palestra sobre as figuras ilustres de Canidelo pelo historiador Dr. Gonçalves Guimarães; às 16,30 horas, corte de bolo; às 18,30 horas, missa de acção de graças, na Igreja Matriz. Convidou os presentes a integrarem as comemorações. -----

A Presidente do Executivo agradeceu a intervenção e congratulou-se com este início de obras, após tantas tribulações. A ASSIC vai dar uma resposta capaz às necessidades dos idosos de Canidelo. Há uma grande luta que é conseguir o apoio do Estado para os mais necessitados. Espera que o Estado apoie esta IPSS e que o povo também o faça. -----

Ponto Dois – Período de Antes da Ordem do Dia. -----

A Presidente da Mesa abriu as inscrições para os eleitos que quisessem intervir neste ponto da ordem de trabalhos. -----

SANDRA FREITAS – Fez a leitura de uma intervenção sobre questões sociais – **Anexo n.º 1** – e de um Voto de Pesar sobre os maus-tratos na infância – **Documento A.** -----

Comentando os documentos apresentados, a Presidente do Executivo realçou o Cantinho do Estudo, que foi um projecto-piloto em Canidelo, por 3 anos. Foi candidato ao programa 20/20 e está a abranger todo o Concelho de Gaia, com um bom financiamento. O fim das várias violências com que nos confrontamos tem de ter um grande apoio da população, e não se ficar pelos votos de pesar. Os laços não deviam ser azuis, mas vermelhos para invocar o sangue derramado em cada morte. Em Canidelo, há muitas crianças sinalizadas à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, por maus-tratos na família. É uma situação muito grave. Fica satisfeita pela posição da Câmara de Gaia em sinalizar estes problemas mas é preciso fazer mais e denunciar mais. -----

SUSANA MOREIRA – Fez a leitura de 2 votos de pesar: pelo falecimento de Maria Graça Pinto, mãe do Presidente da Assembleia Municipal – **Documento B** – e pela passagem do ciclone Idai – **Documento C.** -----



MARIA JOÃO MACEDO – Leu uma Recomendação pela Prevenção e Combate à Violência de Género – **Documento D.**-----

A Presidente do Executivo agradeceu a intervenção e afirmou que fazer planos é o mais fácil; o mais difícil é mudar a vida. -----

MANUELA GOMES – Fez a leitura de um Voto de Louvor pelo Desfile de Carnaval – **Documento E.**-----

A Presidente do Executivo agradeceu a intervenção e deixou um Voto de Louvor ao Agrupamento e aos Pais, pois foi deles a iniciativa e o maior trabalho. A Junta só participou no apoio financeiro das despesas. -----

NUNO BESSA – Pediu esclarecimentos sobre uma nota informativa que viu no *Facebook* da Junta, sobre a intervenção na Rua e Travessa do Barreiro. A travessa foi intervencionada há pouco tempo. A nota informativa fala sobre uma interrupção de trânsito nos dias 11 e 12 de abril, o que não aconteceu, e sobre uma obra que se iria iniciar também no dia 11 e se prolongaria até ao dia 20, e não vê qualquer sinal de obras. Gostaria que esta situação fosse esclarecida. Fez uma recomendação: a haver intervenção na rua, que fosse requalificada depois devidamente, pois têm sido os moradores a custear grande parte do seu arranjo. Nem a Câmara nem a Junta têm investido muito nesta artéria e esta é um grande apoio à VL. -----

A Presidente do Executivo solicitou à Presidente da Mesa que os esclarecimentos pedidos fossem prestados pelo Vogal do Executivo, Manuel Ferreirinha, o que teve a anuência da Presidente da Mesa. -----

MANUEL FERREIRINHA – Começou por dizer que as Águas de Gaia fizeram uma intervenção da Rua do Barreiro. A obra agora mencionada tem a ver com o saneamento da Travessa do Barreiro. Aquando dessa intervenção, o serviço não foi bem concluído e houve algumas queixas, nomeadamente relativas a uma tampa de saneamento. Entretanto, a Junta foi lá e “deu um jeito”. Como o serviço estava calendarizado pelas Águas de Gaia, esperava-se que agora tudo fosse feito de melhor forma. Verificou que realmente não esteve lá ninguém, ou se esteve, ao verem que estava mais ou menos arranjada, não fizeram mais nada. Comprometeu-se a investigar o que se passou e a comunicar o ponto da situação. -----

A Presidente do Executivo esclareceu que a nota informativa divulgada pela Junta era da responsabilidade das Águas de Gaia. -----

RUI COSTA – Congratulou-se com as notícias da ASSIC e deixou os parabéns a todos os intervenientes. Depois, fez a leitura de duas recomendações, uma sobre a isenção de taxas de urbanização (TMU) e isenção de taxas de compensação urbanística (TCU) – **Anexo n.º 2** – e outra sobre a requalificação de uma parcela de terreno da Rua de Belmonte / Travessa do Picão – **Documento F.**-----

A Presidente do Executivo agradeceu as sugestões apresentadas e solicitou ao eleito que lhe fizesse chegar a relação das instituições, pessoas ou empresas, que foram objecto das isenções das taxas de TMU e TCU, porque não tem conhecimento desse assunto, nem da forma como a Câmara de Gaia aplica as isenções. -----



A Presidente da Mesa informou que a isenção destas taxas é da competência da Câmara de Gaia e, portanto, esta recomendação deveria ser apresentada no Município. -----

RUI COSTA – Acrescentou que estas taxas, a serem aplicadas, poderiam ser utilizadas na recuperação da rede viária da freguesia, que se encontra em muito mau estado. -----

A Presidente da Mesa disse que não havendo alteração do texto apresentado, este deveria ser entregue na Assembleia Municipal e não nesta Assembleia de Freguesia, o que teve a concordância do eleito. -----

RICARDO BRAGA – Fez a leitura de um Voto de Louvor sobre a redução no preço dos passes dos transportes – **Documento G**. -----

A Presidente do Executivo disse que a iniciativa dos passes está ligada a uma decisão tomada pelas 2 áreas metropolitanas maiores do país, Porto e Lisboa. Não foi uma decisão do Presidente da Área Metropolitana do Porto, mas uma decisão tomada pelos presidentes dessas 2 áreas metropolitanas. Representa uma das atitudes mais significativas após o 25 de Abril. O direito ao transporte, com condições e em segurança, é um direito constitucional que não está assegurado. Esta decisão é também um combate ao centralismo. Movidas por esta decisão, outras áreas metropolitanas se juntaram no sentido de oferecer à população transportes decentes e a preços competitivos. Espera que o direito ao transporte possa vir a ser gratuito. -----

PAULO MOUTA – Começou por se referir ao movimento anti-vacinas que, a seu ver, é um movimento criminoso, porque implica violência sobre crianças. Associou-se às palavras da Presidente do Executivo sobre os transportes, dizendo ser urgente a revolução da mobilidade. Terminou, fazendo leitura de uma saudação ao 1.º de Maio – **Anexo n.º 3**. -----

A Presidente do Executivo afirmou que o 1.º de Maio, mais do que uma data simbólica, é um projecto de sociedade. Actualmente, vive-se uma preocupação em relação ao Estado. Há muita instabilidade no emprego, principalmente para os mais jovens, com a questão do alargamento do período experimental. Espera que esta situação se reverta para bem da sociedade, ou então é mais fácil vivermos todos de subsídios. -----

ALBERTO CARDOSO – Fez a leitura de uma declaração política sobre o direito a transporte público mais barato e acessível – **Anexo n.º 4**. Continuou, dizendo que, para a CDU, não importa quem foi o autor da proposta, mas que esta foi aprovada pela actual formação da Assembleia da República. Questionou o Executivo sobre a situação do muro danificado na ponte da Rua Entre Muros, bem como as árvores da Quinta do Fojo, que têm forçado o muro e cuja queda pode afectar muita gente. Perguntou se está previsto um pavimento novo para a Rua e a Travessa do Barreiro, que está em muito más condições. -----

A Presidente do Executivo agradeceu a reflexão apresentada, porque todos estes processos são muito lentos. O Presidente da Câmara disse que na Área Metropolitana do Porto havia 2 problemas: transportes e habitação. A questão dos transportes avançou primeiro por se terem mais condições para tal. Mas a habitação deveria ter tido prioridade. Fez votos que o problema da habitação esteja brevemente em cima da mesa. Já insistiu várias vezes com a REFER para arranjo do muro. As árvores da Quinta do Fojo já foram objecto da



intervenção do Município a nível de autoridade. A Câmara de Gaia continua a acompanhar a poda das árvores para que não se estendam ao domínio público. Disse que iria pressionar novamente a consciencialização dos donos da Quinta do Fojo. A Rua do Barreiro sofrerá um tratamento de requalificação integral, incluindo o pavimento, após acordo dos moradores com o vice-presidente da Câmara. -----

NUNO BESSA – Solicitou a palavra para dizer que achava que a intervenção seria apenas na zona da tampa do saneamento. -----

A Presidente do Executivo informou que a intervenção que vai agora acontecer não tem a ver com este acordo com o vice-presidente da Câmara. -----

A Presidente da Mesa disse que o Documento designado por Anexo n.º 2, não dizendo respeito à atribuições da freguesia, não seria sujeito a deliberação. Seguidamente, interrompeu os trabalhos por 5 minutos, para apreciação dos documentos apresentados. Retomados os trabalhos, foram postos à votação os documentos. Obteve-se a seguinte votação:-----

Documento A – Aprovado por unanimidade.-----

Documento B – Aprovado por unanimidade.-----

Documento C – Aprovado por unanimidade.-----

Documento D – Aprovado por unanimidade.-----

Documento E – Aprovado por unanimidade.-----

Documento F – Rejeitado com votos contra do PS e votos a favor do PSD, BE, CDU e CDS.-----

Documento G – Aprovado por maioria, com votos a favor do PS, PSD e CDS e abstenção do BE e CDU.-----

RICARDO BRAGA – Tomou a palavra para fazer uma declaração de voto. O PS votou contra o Documento F por não existir a certeza de que o terreno mencionado seja da Junta de Freguesia de Canidelo. -----

CARLA COSTA – Respondendo ao eleito, disse que, de acordo com as informações recolhidas no local, o terreno será mesmo da Junta de Freguesia de Canidelo e, por isso, é que o PSD apresentou esta recomendação.-----

A Presidente do Executivo comprometeu-se a tentar descobrir se realmente o terreno pertence à Junta. Se não estiver registado no nome da autarquia, tentaria saber, nos serviços municipais, a quem pertence, de acordo com a planta fornecida pelo PSD.-----

Ponto Três – Ordem do Dia. -----

Alínea a) Discussão e Votação do Relatório de Gestão e Contas de Gerência de 2018. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente do Executivo para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

A Presidente do Executivo começou por dizer que os documentos apresentados são o retrato dos trabalhos efectuados no 1.º ano deste 2.º mandato. São 2 facetas interdependentes uma da outra e implicam o compromisso político apresentado nesta Assembleia de Freguesia. Estão incluídos 2 relatórios técnicos das 2 técnicas da Junta de Freguesia, que retratam o seu trabalho e a sua síntese do movimento social e sociológico na freguesia. Todo o relatório depende do trabalho e do esforço de todos os funcionários da Freguesia. A Câmara de Gaia apresenta um grande reforço,



através dos acordos de colaboração e de execução, permitindo um alargamento das competências em trabalho, da Junta de Freguesia. Este reforço representa 33% da verba global da receita da Junta e, sem esta verba, as juntas de freguesia de Gaia não teriam viabilidade. A receita está estruturada em 4 fontes de financiamento: modo próprio (Parque de Campismo, essencialmente) com 43%; Câmara de Gaia, Orçamento do Estado com 20% e uma pequena parcela advinda de parcerias com IEFP e outras entidades. Na despesa, a despesa corrente com pessoal, com consumos intermédios e apoios sociais, ocupa a maior fatia. Houve uma preocupação com a estabilidade do trabalho e com a estabilidade da relação com os fregueses. Houve regularização da situação do pessoal com vínculos precários, descongelamento de carreiras e admissão de 6 colaboradores, vindos de diversos concursos públicos. Embora pareça, a Junta não tem mais competências do que aquelas que a Lei prevê. Houve transferência de competências através dos acordos feitos com a Câmara de Gaia, com o respectivo pacote financeiro, senão não seria possível. Em termos de taxa de execução, há 76,6% nas despesas e 78,9% nas receitas. Há um saldo de gerência de 110.434,80 €, em Dezembro. Manifestou um sentido de cumprimento do dever, com base na transparência de gestão dos dinheiros públicos. A energia foi canalizada para o serviço público à freguesia e à população e até ao Concelho. Deixou o compromisso de continuar a servir o público que elegeu esta Assembleia e de tentar fazer as melhores escolhas para a freguesia. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra aos eleitos que se quisessem pronunciar.

SANDRA FREITAS – Tomou a palavra para fazer a leitura de uma análise aos documentos apresentados – **Anexo n.º 5.**-----

CARLA COSTA – Na sua intervenção, disse que, da análise dos documentos, se verifica uma recorrente intervenção na acção social, aproveitando todos os protocolos disponibilizados pelo município. O orçamento foi executado com um desvio de 1%, no seu valor global. Pela análise das diferentes rubricas, verificam-se divergências acentuadas entre o previsto e o executado, como é o caso das concessões nos cemitérios, das verbas vindas do IEFP e um decréscimo das receitas do Parque de Campismo. Este último é a grande fonte de receitas, sendo necessário executar melhorias previstas no plano de gestão. Houve redução em algumas rubricas de despesa. É o caso das construções diversas, ligadas ao arranjo e melhoramento das várias infra-estruturas na freguesia que não foram concretizadas. Tal levou à degradação progressiva de muitas artérias da freguesia. As transferências vindas do Município aumentaram, compensando as despesas correntes. Concluiu que não houve concretização do compromisso assumido.-----

A Presidente do Executivo recordou que uma freguesia não é um amontoado de gente e que as previsões são apenas previsões. Dos relatórios da Acção Social, ressalta que na freguesia há muita pobreza. Verifica-se um grande aumento de mulheres a recorrer aos serviços da Junta. A partir dos 40 anos, há muita gente a necessitar de ajuda - gente com poucas habilitações, o que dificulta a procura de emprego. Mas há 53 licenciados e 9 mestres inscritos nos serviços do Gabinete de Acção Social. A pobreza atinge transversalmente a



população de Canidelo - a Junta fornece alimentos, medicamentos, paga contas de água e luz e rendas de casa a muita gente. Só se consegue ajudar estas pessoas porque a Câmara de Gaia envia verbas para este fim. Para a Acção Social havia 10 mil €; felizmente a Câmara vem entregar 18 mil € do programa de emergência, senão seria o caos. Mesmo assim, detectam-se crianças nas escolas com sintomas de fome. Manifestou o seu desconforto por não poder ir às ruas, mas a acção social terá sempre prioridade. As freguesias não têm verbas do Orçamento de Estado que respeitem aquilo que lhes é pedido, a nível social. O Estado apenas contribui com 20% da receita da Junta de Freguesia. Os eleitos locais exercem os seus mandatos de forma gratuita, pois não é o valor das senhas que paga o seu trabalho. Há uma grande hipocrisia em se chamar as Juntas de Freguesia de entidades de proximidade e, depois, não lhes dar o necessário para atender a proximidade. Os autarcas vão passando, mas a freguesia fica e o sofrimento humano também. Do sistema central, só se atribuiu às Juntas a competência dos espaços do cidadão e esquece-se que este povo, que não é apoiado, é que vai às urnas eleger a Assembleia da República e o Governo. A política não pode diminuir quem acredita na democracia. Os autarcas são muito maltratados pelo Poder Central e, com os autarcas, também o povo mais carenciado é maltratado. O apoio aos desempregados é fundamental para manter a esperança e a motivação. Ser autarca é perder o sono, é encarar as pessoas nos olhos, é assumir os problemas dos outros.-----

ALBERTO CARDOSO – Na sua intervenção, disse que na questão relativa a cuidar do território, é necessário que a Junta inste a Câmara de Gaia a cuidar da rede viária da freguesia. É necessária iluminar as passadeiras, para que haja visibilidade das mesmas. Perguntou em que ponto está o estudo da Rotunda do Morango e do estacionamento na Agrupamento. Questionou o que se passa com o Parque Urbano do Vale de São Paio, já prometido para 2017. -----

A Presidente do Executivo disse que as passadeiras devem ter tinta reflectora e muitas, nem tinta já têm. Foram sinalizadas cerca de 100 passadeiras que quase nem se vêem. O rebaixamento de passeios e a elevação de sinais também têm sido motivo de preocupação do executivo. Há pequenas questões, a nível do território, que podem fazer toda a diferença. A velocidade dos automóveis nas ruas é preocupante, mas a Junta não pode fazer nada, face a essa falta de civismo. A Rotunda do Morango apresenta uma preocupação que não é fácil de resolver. A questão do estacionamento no Agrupamento também é uma questão cívica a que a Junta não pode dar resposta. Muitas vezes, a Junta só pode remediar em cima dos problemas e o Agrupamento não é da responsabilidade da Câmara, mas do Poder Central. O Vale de São Paio foi submetido ao visto do Tribunal de Contas que chegou há poucos dias. Não tem conhecimento de quando começará efectivamente a intervenção. Por outro lado, informou que o Pavilhão Municipal está em bom andamento. Deu a palavra ao Vogal Manuel Ferreirinha para dar informações sobre a zona da Igreja.-----

MANUEL FERREIRINHA – Disse que a obra da ASSIC, como foi dito anteriormente, começará no dia 2 de Maio. Entretanto, decorrente desta obra, vai tentar-se articular, com o município, o arranjo do Centro Cívico, que já tem



projecto elaborado. Tentar-se-á que, ao terminar o arranjo da ASSIC, se comece este arranjo.-----

A Presidente do Executivo, retomando a palavra, informou que o Espaço do Cidadão atendeu 115 pessoas, entre novembro e dezembro. Neste momento há o *boom* do IRS. Tem havido um acréscimo de movimento naquele espaço. A Junta de Freguesia apenas divulga o estritamente necessário, pois o governo delimitou o tipo de informações a serem passadas aos fregueses, podendo as Juntas de Freguesia, em caso de desobediência, serem punidas com multa significativa. Informou, ainda, que foram iniciadas negociações com a SULDOURO, para recolha de lixo porta-a-porta, para dar combate ao lixo que vai grassando pela freguesia.-----

A esta altura dos trabalhos, tendo-se atingido as 3 horas de duração da Assembleia, a Presidente da Mesa solicitou autorização aos eleitos para prolongar os trabalhos por mais 30 minutos, o que teve a concordância de todos.-----

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa colocou os documentos à votação, tendo sido aprovados por maioria, com votos a favor do PS, abstenção do CDS e BE e votos contra do PSD e CDU.-----

Alínea b) Discussão e Votação da 1.ª Revisão do Orçamento de 2019.-----

A Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente do Executivo para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

A Presidente do Executivo apenas informou que o saldo de gerência, já mencionado, seria introduzido na rubrica “obras”.-----

Não havendo intervenções, a Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com votos a favor do PS, PSD, CDS e CDU e votos contar do BE.-----

A Presidente da Mesa informou os presentes que já tinha sido acordada uma segunda reunião desta sessão ordinária para 03-05-2019, caso não fosse possível concluir os trabalhos nesta primeira reunião.-----

A 1.ª Secretária fez a leitura da Minuta da Acta que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar, foi esta Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo dada por terminada, eram zero horas e trinta e um minutos do dia 13-04-2019, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pela 1.ª Secretária e pela Presidente da Assembleia de Freguesia.----
